



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março de dois mil e dezenove reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência – na sua sede, à Rua da Quitanda, número cento e seis, terceiro andar, com a presença de onze membros, conforme lista de presença anexa. Constatada a presença de quórum, instalou-se a reunião, presidida pelo representante da Secretaria Estadual de Fazenda, Conselheiro Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, e secretariada pela Representante dos Segurados do Poder Executivo, Conselheira Francisca Rodrigues Talarico. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte:

Deliberações. Item Um. Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário do Conselho de Administração, conforme o artigo treze, parágrafos primeiro a quarto do Regimento Interno do CONAD. Item Dois. Aprovação do Diretor de Investimentos do Rioprevidência, conforme o artigo dezesseis, parágrafo primeiro do Decreto Estadual número quarenta e um mil seiscientos e quatro, de dois mil e dezenove. Item Três. Aprovação de Avaliação Atuarial dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Item Quatro. Aprovação do Balanço de dois mil e dezoito. Item Cinco. Aprovação do Plano Anual de Investimentos – PAI dois mil e dezenove. Item Seis. Aprovação do Programa de Auditoria do Rioprevidência. Item Sete. Proposta de incorporação da Ilha de Brocoió ao Rioprevidência. Item Oito. Aprovação da devolução dos imóveis do Rioprevidência ao Estado. Item Nove. Contabilização da taxa de administração do Rioprevidência. O Conselheiro Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho iniciou a reunião agradecendo a presença dos demais conselheiros, pediu a todos os membros presentes que se apresentassem e, após as



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

considerações iniciais, passou ao **Item Um** da pauta. O Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho corrigiu o item, dizendo se tratar do artigo quatorze, parágrafos primeiro a quarto do Regimento Interno do CONAD, em vez do artigo treze. Ele perguntou aos membros presentes se algum deles gostaria de se candidatar às vagas de Presidente, de Vice-Presidente, de Primeiro Secretário e de Segundo Secretário do CONAD, mas não houve manifestação. O Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho se colocou como candidato a Presidente do Conselho, o que foi prontamente aceito pelos demais membros, sugeriu a manutenção do Representante dos Segurados do Executivo como Primeiro Secretário do CONAD, e as candidaturas do Representante da Secretaria Estadual da Casa Civil e Governança como Vice-Presidente e do Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça do Estado como Segundo Secretário. Embora o Representante da Secretaria Estadual da Casa Civil e Governança estivesse ausente da Reunião por motivos de Gestão, ele foi consultado por meio de ligação telefônica e aceitou ser candidato à vaga. Os Conselheiros decidiram, então, pela eleição do Representante da Secretaria Estadual de Fazenda como Presidente do Conselho, do Representante da Secretaria Estadual da Casa Civil e Governança como Vice-Presidente, do Representante dos Segurados do Executivo como Primeiro Secretário, e do Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça do Estado como Segundo Secretário do CONAD. Passou-se ao **Item Dois** da pauta. O Diretor de Investimentos do Rioprevidência, senhor Aloisio Villeth Lemos, se apresentou: ele possui Mestrado em Economia e Gestão Empresarial, tem experiência na área de Economia com ênfase em Finanças e Mercado de Capitais, atuou em várias instituições do mercado, como a Ágora Corretora, do Grupo Bradesco, a Lopes Filho & Associados Consultores e a LFRating, entre

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

outras. O Diretor de Investimentos do Rioprevidência atua, ainda, como professor na área de finanças em Valuation e outras disciplinas, e em cursos de MBA em escolas como Ibmec e Veiga de Almeida. O senhor Aloisio Lemos informou, também, que possui Certificação Nacional de Profissional de Investimento (CNPI). O item foi colocado em deliberação e o senhor Aloisio Lemos foi aprovado como Diretor de Investimentos do Rioprevidência pelos Conselheiros presentes. **Item Três.** A Avaliação Atuarial do Rioprevidência de dois mil e dezenove, exercício dois mil e dezoito, foi encaminhada previamente aos Conselheiros. O Diretor de Seguridade da Autarquia, senhor Halan Harlens Pacheco de Moraes, se apresentou e identificou a Gerente de Previdência e Atuária, senhora Rachel Mercedes Penha de Castro, passando para ela a palavra. A Gerente de Previdência e Atuária apresentou a Avaliação Atuarial dos planos financeiro e previdenciário do Rioprevidência. A senhora Rachel de Castro explicou que a data base da avaliação foi o mês de setembro de dois mil e dezoito e que a data focal foi o dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. A senhora Rachel de Castro apontou a composição da receita do plano financeiro: imóveis, royalties e participações especiais, contribuições patronal e de servidores, além dos aportes do Tesouro do Estado e do resultado dos investimentos; e a constituição da receita do plano previdenciário, composta pela contribuição patronal e dos servidores, bem como o resultado dos seus investimentos. A Gerente de Previdência e Atuária informou que o plano financeiro possui hoje cento e oitenta e um mil trezentos e trinta e dois servidores ativos, cento e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e sete servidores aposentados e sessenta e nove mil oitocentas e vinte e duas pensões. O Diretor-Presidente do Rioprevidência, Conselheiro Sergio Aureliano Machado da Silva, observou que o plano financeiro

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

possui atualmente mais aposentados e pensionistas do que servidores ativos, e que somente os militares devem ser mantidos nesse fundo futuramente. A senhora Rachel de Castro apresentou as principais hipóteses para a avaliação atuarial do plano financeiro: taxa de juros real a zero por cento ao ano, Tábua de Mortalidade (evento gerador morte) AT – Dois Mil, a Tábua de Sobrevivência (evento gerador sobrevivência) IBGE – Dois Mil e Dezessete, a Tábua de Mortalidade de Inválido IBGE – Dois Mil e Dezessete e a Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência exibiu quadro com a discriminação populacional de ativos civis e militares contidos no plano financeiro: cento e vinte e quatro mil seiscentos e dezenove servidores ativos civis com idade média atual de cinquenta anos, com idade média de admissão no serviço público de trinta e um anos, idade média de aposentadoria projetada de cinquenta e oito anos e salário médio de cinco mil trezentos e noventa e três reais e vinte e um centavos, totalizando uma folha de salários mensal de seiscentos e setenta e dois milhões noventa e seis mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos; cinquenta e seis mil setecentos e treze servidores militares com idade média atual de quarenta anos, idade média de admissão no serviço público de vinte e cinco anos, idade média de aposentadoria projetada de cinquenta e três anos, e salário médio de cinco mil cento e quatorze reais e oitenta centavos, somando uma folha salarial mensal de duzentos e noventa milhões setenta e cinco mil oitocentos e sessenta reais e trinta e sete centavos. A senhora Rachel de Castro exibiu, quadro com a discriminação populacional dos beneficiários contidos no plano financeiro: cento e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e sete aposentados civis e militares com idade média atual de sessenta e nove

**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

anos e benefício médio de seis mil e treze reais e sessenta e sete centavos, perfazendo uma folha salarial de um bilhão vinte e um milhões setecentos e quatro mil duzentos e dezoito reais e sessenta e um centavos; com relação às pensões civis e militares, a população equivale a sessenta e nove mil oitocentos e vinte e dois instituidores de pensão, cuja idade média atual é de sessenta e cinco anos, e o benefício médio alcança cinco mil e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos, totalizando uma folha mensal de trezentos e cinquenta e três milhões cento e noventa e dois mil cento e trinta e três reais e dois centavos. O senhor Halan Moraes apontou que, atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui cerca de trinta mil ativos que já preenchem todos os requisitos para a aposentadoria, o que equivale a dezessete por cento da massa de ativos. A Gerente de Previdência e Atuária apontou as variações do quantitativo de participantes entre os exercícios de dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, as variações dos salários e dos benefícios médios e as variações das folhas de pagamento. A senhora Rachel de Castro informou que, apesar de o plano financeiro, de repartição simples, não apresentar resultados superavitários e deficitários, foi elaborada simulação das reservas utilizando uma taxa de zero por cento ao ano: Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) totalizou trezentos e oitenta e quatro bilhões novecentos e sessenta e seis milhões quatrocentos e oitenta e nove mil e sessenta e três reais e setenta e três centavos; Reservas Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) alcançou quatrocentos e vinte bilhões oitocentos e oitenta e nove milhões oitocentos e oitenta e seis mil duzentos e setenta e dois reais e dois centavos; as Reservas Matemáticas somaram oitocentos e cinco bilhões oitocentos e cinquenta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

e cinco centavos; o Ativo Líquido do Plano realizou cento e noventa e dois bilhões setecentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil trezentos e cinco reais e um centavo; e o Déficit Técnico Atuarial do plano financeiro alcançou seiscentos e treze bilhões noventa e oito milhões setecentos e doze mil e trinta reais e setenta e quatro centavos. Segundo a senhora Rachel de Castro, esse valor é o resultado da diferença entre as Reservas Matemáticas e o Ativo Líquido do plano. A Gerente de Previdência e Atuária informou que Déficit Técnico Atuarial do plano financeiro passou de seiscentos e trinta e dois bilhões cento e oitenta e três milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos para seiscentos e treze bilhões noventa e oito milhões setecentos e doze mil e trinta reais e setenta e quatro centavos. Ela indicou que o principal motivo da redução do déficit atuarial no plano financeiro em relação ao período anterior foi a consolidação da majoração da alíquota de contribuição previdenciária para quatorze por cento. O aumento dos valores da RMBC e da RMBaC foi influenciado pela mudança da Tábua IBGE – Dois Mil e Dezesseis para a IBGE – Dois Mil e Dezessete. O Diretor-Presidente do Rioprevidência informou que um estudo da Firjan apontou que hoje o Estado do Rio de Janeiro tem quarenta por cento de seu orçamento comprometido com previdência, e disse que a Autarquia está realizando estudos para aliviar o Tesouro Estadual por meio de simulações com as condições atuais e com as da PEC da Reforma da Previdência. A senhora Rachel de Castro passou, enfim, à análise do plano previdenciário, capitalizado: dezoito mil seiscentos e quatro servidores ativos, vinte e oito aposentados por invalidez e trinta e duas pensões. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência apresentou a taxa de juros atuarial real de cinco por cento ao ano como hipótese financeira utilizada no cálculo atuarial do

**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

plano previdenciário, de acordo com as Portarias MPS número quatrocentos e dois e número quatrocentos e três, de dois mil e oito, e exibiu as principais hipóteses biométricas empregadas em função do evento gerador: a Tábua de Mortalidade (evento gerador morte) AT – Dois Mil, a Tábua de Sobrevivência (evento gerador sobrevivência) IBGE – Dois Mil e Dezessete, a Tábua de Mortalidade de Inválido IBGE – Dois Mil e Dezessete e a Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas. A senhora Rachel de Castro apresentou quadro com a discriminação populacional de ativos, aposentados e pensionistas contidos no plano previdenciário: dezoito mil seiscentos e quatro servidores ativos com idade média atual de trinta e sete anos, idade média de admissão no serviço público de trinta e três anos, idade média de aposentadoria projetada de sessenta e um anos e salário médio de três mil e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos, totalizando uma folha de salários mensal de cinquenta e sete milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos; e vinte e oito aposentados, todos por invalidez, com idade média atual de quarenta e quatro anos e salário médio de mil novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos, somando uma folha de benefícios mensal de cinquenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos. A senhora Rachel de Castro exibiu, ainda, quadro com trinta e dois pensionistas com idade média atual de trinta e seis anos e salário médio de três mil duzentos e dez reais e quarenta e três centavos, somando uma folha de benefícios mensal de cento e dois mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência apresentou as variações no quantitativo de participantes do plano, as variações de salários e benefícios médios, e as variações das folhas de salários e benefícios entre os exercícios de dois

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

mil e dezessete e dois mil e dezenove. Ela mostrou, também, a distribuição de servidores ativos por Secretaria/Órgão do Estado. A senhora Rachel de Castro informou os resultados da avaliação atuarial do plano previdenciário: a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) totalizou trinta e dois milhões setecentos e setenta e nove mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos; a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) alcançou setecentos e cinquenta e um milhões novecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e três reais e treze centavos; as Reservas Matemáticas somaram setecentos e oitenta e quatro milhões setecentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos; o Ativo Líquido do Plano realizou um bilhão duzentos e vinte e três milhões trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos; e o Superávit Técnico Atuarial do plano previdenciário alcançou quatrocentos e trinta e oito milhões seiscentos e oito mil e cinquenta e três reais e noventa e um centavos. O Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho perguntou se haveria possibilidade de transferência de recursos financeiros entre o plano financeiro e o previdenciário. O Conselheiro Sergio Aureliano da Silva respondeu que hoje há essa possibilidade desde que seja justificada tecnicamente, sem contaminação do plano previdenciário, por meio da migração de vidas. A Gerente de Previdência e Atuária apontou os motivos da redução do déficit atuarial no plano previdenciário em relação ao período anterior. Influenciou positivamente: a consolidação da majoração da alíquota de contribuição previdenciária para quatorze por cento e o resultado dos investimentos, que superou a meta atuarial. Influenciou negativamente: a mudança de Tábua IBGE – Dois Mil e Dezesseis para IBGE – Dois Mil e Dezessete. A senhora Rachel de Castro informou que atualmente a

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Avaliação Atuarial é feita por empresa de consultoria sob comando da Caixa Econômica Federal. O Representante do Ministério Público do Estado, Conselheiro Pedro Paulo Marinho de Barros, solicitou que fosse apresentada no CONAD a rentabilidade das aplicações do plano previdenciário. O Diretor de Investimentos do Rioprevidência disse que havia preparado uma apresentação sobre esse assunto e exibiu histórico da rentabilidade do plano previdenciário no período de janeiro de dois mil e quatorze a dezembro de dois mil e dezoito. De acordo com o senhor Aloisio Lemos, o resultado obtido correspondeu a cento e vinte e três por cento da meta atuarial. A Avaliação Atuarial dos fundos financeiro e previdenciário foi colocada em votação e foi aprovada pelos Conselheiros presentes. **Item Quatro.** O Gerente de Controladoria, senhor Robson de Albuquerque, se apresentou e explicou que o ano de dois mil e dezoito teve um contexto muito específico, tendo em vista o cenário de crise pelo qual o Estado do Rio de Janeiro passava: no início de dois mil e dezoito foi realizada mais uma operação internacional de cessão de royalties para que fossem quitados os salários em atraso de servidores; foi aplicada a Lei número sete mil seiscentos e seis, de dois mil e dezessete, que determinou aumento de contribuição previdenciária para quatorze por cento, visando colocar as folhas de pagamento em dia; e a crise foi desigual para os Poderes, dificultando a análise contábil. O senhor Robson de Albuquerque exibiu o balanço orçamentário do ano de dois mil e dezoito no plano financeiro: houve melhora do quadro com a elevação dos recebíveis de royalties, por meio do incremento da produção e do preço do Brent, além da repactuação entre os investidores e o Rioprevidência, sobrando mais recursos para o Fundo. Entretanto, segundo o Gerente de Controladoria, a despesa da Autarquia ainda é muito alta, e o déficit continuou a ser aportado pelo

**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

Tesouro do Estado. O senhor Robson de Albuquerque apontou que a receita realizada de dois mil e dezoito do fundo financeiro alcançou o valor de dezenove bilhões quatrocentos e setenta e nove milhões setecentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos, e que a despesa orçamentária totalizou vinte e um bilhões seiscentos e sessenta e quatro milhões novecentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos, sendo as despesas previdenciárias responsáveis por oitenta e sete vírgula vinte e cinco por cento desse valor, e as despesas com a operação, onze vírgula quarenta e seis por cento. Com relação às despesas previdenciárias de dois mil e dezoito, o Gerente de Controladoria esclareceu que as aposentadorias e reformas somaram treze bilhões setecentos e trinta e oito milhões trezentos e vinte e nove mil duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos; que as pensões do RPPS de civis e militares alcançaram quatro bilhões trezentos e cinquenta milhões oitocentos e noventa e seis mil duzentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos; e que as despesas de exercícios anteriores equivaleram a oitocentos e treze milhões oitocentos e sessenta e oito mil e treze reais e oitenta e quatro centavos. De acordo com o senhor Robson de Albuquerque, as despesas administrativas do plano financeiro no ano de dois mil e dezoito totalizaram dois bilhões seiscentos e trinta e quatro milhões trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos. O Gerente de Controladoria observou que a contribuição previdenciária patronal e de servidores esteve em dia até o final do exercício, e que, desde o ano de dois mil e quinze, ficou estabelecido que a despesa com a operação de cessão de royalties deveria ser demonstrada como despesa orçamentária. O senhor Robson de Albuquerque passou ao balanço patrimonial do plano financeiro.

**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

Segundo ele, o ativo total somou cento e noventa e dois bilhões setecentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil trezentos e cinco reais e um centavo. O Gerente de Controladoria passou, então às demonstrações contábeis de dois mil e dezoito do plano previdenciário: no balanço orçamentário, a receita totalizou quatrocentos e cinquenta e sete milhões quinhentos e setenta e nove mil cento e vinte e três reais e quatro centavos, e a despesa liquidada, quatorze milhões setecentos e noventa mil e dezesseis reais e vinte e seis centavos. Segundo o Gerente de Controladoria, o demonstrativo da receita do ano de dois mil e dezoito foi de quatrocentos e cinquenta e sete milhões quinhentos e setenta e nove mil cento e vinte e três reais e quatro centavos, o equivalente a um aumento de cinquenta vírgula noventa e três por cento em relação ao período anterior. A despesa liquidada totalizou treze milhões duzentos e vinte e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos. Destes, um milhão quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos foram relativos à despesa previdenciária, cinco milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos foram referentes à despesa com PASEP, e sete milhões setecentos e sessenta e dois mil trezentos e dez reais e cinquenta centavos, relacionados às despesas de custeio. O Gerente de Controladoria passou ao balanço patrimonial do plano previdenciário. Segundo ele, o ativo total somou um bilhão duzentos e vinte e três milhões trezentos e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos, e o passivo total equivaleu a bilhão duzentos e vinte e três milhões trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos. O Gerente de Controladoria apontou que a contribuição patronal deste plano

**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

permaneceu como vinte e dois por cento, diferentemente do plano financeiro. O senhor Robson de Albuquerque exibiu, também, quadro com a relação ativo versus déficit/superávit técnico versus reservas matemáticas do plano previdenciário. O item foi colocado em deliberação e os Conselheiros presentes aprovaram o balanço de dois mil e dezoito. O Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho solicitou que na próxima reunião fosse feita apresentação ao Conselho sobre a operação de cessão de royalties e participações especiais. O Representante da Procuradoria Geral do Estado, Conselheiro Reinaldo Frederico Afonso Silveira, solicitou que fossem encaminhados aos Conselheiros o relatório do TCE-RJ sobre a operação de cessão de royalties e participações especiais e a Nota Técnica do Rioprevidência sobre o assunto. O Representante do Ministério Público do Estado, Conselheiro Pedro Paulo Marinho de Barros, solicitou o relatório da auditoria externa referente ao exercício de dois mil e dezoito e se mostrou preocupado com a auditoria referente ao exercício de dois mil e dezessete, porque o relatório afirma que não foi fornecida a documentação necessária para a realização da inspeção. O senhor Robson de Albuquerque informou que a empresa responsável pela auditoria externa do Fundo tem acesso aos dados bancários do Rioprevidência, e que a função dela seria verificar as informações junto aos bancos. Segundo o Gerente de Controladoria, o problema foi o fato de os bancos não terem respondido à demanda da empresa auditora e isso não ter ficado claro no relatório. O senhor Robson de Albuquerque explicou que é prática de auditoria externa solicitar os dados aos bancos para confrontar com os repassados pelo Rioprevidência. O Conselheiro Pedro Paulo de Barros argumentou que a auditoria externa é necessária para subsidiar a decisão do Conselho de Administração de aprovação do Balanço, e que o prazo de entrega do relatório deveria ser entre os

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

meses de janeiro e fevereiro, e não em março, como acontece hoje, porque se trata de um gasto com uma auditoria que não subsidia as decisões. A senhora Elaine Mello mencionou que o contrato da realização de auditoria externa está sendo revisado para estabelecer a antecipação da entrega dos relatórios. O Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho disse que apesar de todos os problemas encontrados com prazos e com a efetividade de auditoria externa, este Conselho tem a obrigação de deliberar sobre o balanço, mesmo sem embasamento de relatório produzido pela auditoria externa. O Gerente de Governança Corporativa, senhor Reges Moisés dos Santos, informou que o Conselho Fiscal do Rioprevidência já se manifestou e aprovou o Balanço de dois mil e dezoito, entregando o parecer do exercício. O senhor Robson de Albuquerque destacou que, com relação aos relatórios de auditoria externa, todos os balanços foram aprovados, tendo sido registrada no documento apenas a ressalva de os bancos não terem respondido à demanda da empresa responsável pela análise. O item foi colocado em deliberação pelo Presidente do Conselho e o Balanço de dois mil e dezoito foi aprovado pelos Conselheiros presentes com a ressalva de que foi analisado apenas com base nos pareceres do Conselho Fiscal, sem relatório de uma auditoria externa, e que no próximo exercício o parecer da auditoria externa deverá chegar em tempo hábil. **Item Cinco.** O Conselheiro Sergio Aureliano da Silva informou que o Plano Anual de Investimentos de dois mil e dezenove foi aprovado no ano passado com base em resolução que foi modificada. Dessa forma, o item aqui apresentado não é um novo documento, mas uma adaptação à nova resolução, a qual determina onde os recursos deverão passar a ser alocados. O Diretor-Presidente do Rioprevidência passou a palavra ao senhor Aloisio Lemos. O Diretor de Investimentos da Autarquia informou

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

que houve alteração da Resolução CMN três mil novecentos e vinte e dois, de dois mil e dez, a qual refletiu mudanças no Plano Anual de Investimentos do Rioprevidência. Dessa forma, segundo o senhor Aloisio Lemos, seria necessária a revisão e a aprovação pelo Conselho de Administração da Política Anual de Investimentos da Autarquia. O Diretor de Investimentos exibiu, assim, uma proposta de revisão da Política Anual de Investimentos do Rioprevidência. De acordo com o senhor Aloisio Lemos, o principal objetivo do Plano Anual de Investimentos é fornecer e descrever as principais práticas e diretrizes para a alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação, as quais deverão ser implementadas no ano seguinte à sua elaboração, assim como dar transparência ao planejamento e à estratégia de investimentos do Rioprevidência. O Diretor de Investimentos apontou que na Política Anual de Investimentos são observadas as obrigações e características dos fundos financeiro e previdenciário visando compatibilizar as necessidades de rentabilidade e fluxo financeiro com a projeção de pagamento dos benefícios previdenciários. A proposta apresentada pelo senhor Aloisio Lemos observa as seguintes diretrizes do PAI dois mil e dezenove: manutenção da meta de zero por cento no fundo financeiro e de INPC mais cinco por cento no fundo previdenciário; metodologia e critérios para a análise de riscos; necessidade de desenvolvimento da área de Controle de Riscos; previsão da necessidade de desenvolvimento da área de gestão de ativos e passivos (ALM); definição das estratégias de alocação de longo prazo e definição do cenários econômicos base; e definição de Metodologia para a precificação de ativos. O Diretor de Investimentos passou aos limites dos planos financeiro e previdenciário baseados nos artigos sétimo a nono da Resolução CMN três mil novecentos e vinte e dois, de dois mil e dez, e em suas alterações. O



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Conselheiro Luiz Cláudio de Carvalho destacou que está em deliberação a estratégia da Diretoria Executiva do Rioprevidência para atingimento das metas atuariais e da performance das aplicações financeiras, observando os limites da resolução. Segundo o Presidente do Conselho, a Diretoria Executiva propôs a aprovação dos limites máximos da resolução. A Gerente de Operações e Planejamento do Rioprevidência, senhora Kelli Manhães Pessanha, apontou que as ações diárias de investimentos são aprovadas pelo Comitê de Investimentos da Autarquia. O item foi colocado em deliberação e foi aprovado pelo Conselho de Administração do Rioprevidência. **Item Seis.** O Gerente de Controle Interno e Auditoria, senhor José Mota da Silva Filho, se apresentou e informou que a GCIA está hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração e tecnicamente subordinada à Controladoria Geral do Estado. O Gerente de Controle Interno e Auditoria observou que no ano de dois mil e dezoito o controle da Autarquia estava sendo feito por oito servidores lotados na Gerência de Controle Interno e Auditoria, e que em dois mil e dezanove esse controle passará a ser feito por apenas três servidores. O senhor José da Silva Filho apresentou, então, o Programa de Auditoria do Rioprevidência: Plano Anual de Auditoria Interna (PLANAT) Dois Mil e Dezanove abrangerá o controle das demandas externas e o das demandas internas. Segundo o Gerente de Controle Interno e Auditoria, o controle das demandas externas se dará por intermediação e monitoramento do atendimento às solicitações e determinações de órgãos dos controle ligados ao Tribunal de Contas do Estado, à Controladoria Geral do Estado / Auditoria Geral do Estado, Secretaria de Fazenda e Secretaria de Economia – MPS, e abrangerá a prestação de contas anual de gestão, embasada pela Deliberação TCE-RJ número duzentos e setenta e oito,

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

de dois mil e dezessete, e pela Instrução Normativa quarenta e oito da Auditoria Geral do Estado. Com relação ao controle das demandas internas, o senhor José da Silva Filho esclareceu que este será um controle concomitante das receitas e das despesas da autarquia, cujas auditorias deverão informar os resultados ao TCE-RJ e à CGE/AGE. O Gerente de Controle Interno e Auditoria apresentou as premissas do PLANAT Dois Mil e Dezenove: conhecimento do universo controlável de receitas e despesas, a fim de viabilizar as escolhas de controle; seleção dinâmica de temas e objetos (plano vivo); padronização dos trabalhos objetivando o controle do conhecimento; registro dos dados de controle para planejamento futuro; e monitoramento das recomendações/determinações externas e internas por meio da avaliação da efetividade. O senhor José da Silva Filho destacou as ações já realizadas pela atual gestão do Rioprevidência, entre elas, a capacitação da equipe em controle interno e auditoria governamental, um atendimento à auditoria do TCE-RJ; um à auditoria da MPS/SPS; um atendimento prévio à visita técnica da CGE/AGE, prevista para ocorrer abril; setenta atendimentos a decisões plenárias do TCE-RJ; um monitoramento junto à SEFAZ para Encerramento de Exercício Financeiro de dois mil e dezoito; uma prestação de contas anual de gestão de bens móveis de dois mil e dezoito; uma prestação de contas anual de gestão de bens imóveis de dois mil e dezoito; uma prestação de contas anual de gestão de bens em almoxarifado de dois mil e dezoito; uma prestação de contas anual de gestão de bens intangíveis de dois mil e dezoito; um assessoramento na transição da contratação dos serviços de digitalização e microfilmagem; e três auditorias governamentais com foco da fase interna das contratações em fase de relatório. O item foi colocado em deliberação e foi aprovado pelo

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Conselho de Administração. **Itens Sete e Oito.** Em função do pouco tempo restante para o término da reunião, das prioridades para aprovação, e, após concordância dos membros do CONAD, esses itens foram adiados para a próxima reunião do Conselho de Administração, que será uma reunião extraordinária. **Item Nove.** O Diretor-Presidente do Rioprevidência esclareceu que a taxa administrativa é definida por decreto, podendo chegar até dois por cento. No entanto, a Diretoria Executiva concluiu que a taxa de administração é excessiva ao Rioprevidência. Dessa forma, a proposta apresentada está baseada nos critérios do custeio administrativo do Fundo: reduzir em meio ponto percentual a taxa de administração, visando à economia de aproximadamente duzentos milhões de reais ao Tesouro Estadual. O Diretor-Presidente do Rioprevidência passou a palavra à Diretora de Administração e Finanças. A senhora Elaine Mello exibiu a base legislativa e contábil referente à taxa: Lei número nove mil setecentos e dezessete, de mil novecentos e noventa e oito, Portarias MPS números quatrocentos e dois e quatrocentos e três, de dois mil e dezoito, e Orientação Normativa número dois, de dois mil e nove. Ela explicou que a taxa de administração é o percentual estabelecido em legislação de cada ente, limitado a dois por cento para custear as despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS. A Diretora de Administração e Finanças explicou que a taxa de administração é feita por uma divisão proporcional entre os fundos financeiro e previdenciário, mas que isso não é demonstrado contabilmente, sendo feito com controle extra contábil. A senhora Elaine Mello acrescentou que o custeio administrativo compõe o plano de custeio, e que, como a taxa nunca foi segregada contabilmente, seria necessária uma data de corte. A Diretora de Administração e Finanças



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

apontou os subsídios para a decisão do Conselho: questionamento pelo TCE-RJ do porquê não ter sido feita a segregação da taxa, indicando falta de transparência da Autarquia ou controle precário; redução gradativa a partir do primeiro ano de contabilização segregada da taxa; e análise mais aprofundada para maior redução no próximo estudo atuarial. A senhora Elaine Mello destacou que a demonstração segregada dos valores da taxa será uma boa ferramenta de gestão, que favorece a visualização de todo o custeio do Fundo, reserva administrativa, e aplicações da taxa. Tendo em vista o que fora apresentado, o Presidente do Conselho de Administração retificou o item para "Item Nove. Aprovação da contabilização segregada e da redução e definição da taxa administrativa do Rioprevidência" em vez de "Item Nove. Contabilização da taxa de administração do Rioprevidência", e o colocou em deliberação. Os Conselheiros presentes aprovaram a contabilização segregada da taxa administrativa pelo Fundo e a redução dela de dois por cento para um e meio por cento. Os demais itens tiveram sua deliberação adiada para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Conselheiro Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, e eu, Francisca Rodrigues Talarico, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os Conselheiros presentes.

Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho

Secretário de Estado de Fazenda

Francisca Rodrigues Talarico

Representante dos Segurados do Executivo



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS DA ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Sergio Aureliano Machado da Silva
Diretor-Presidente do Rioprevidência

Reinaldo Frederico Afonso Silveira
Representante da Procuradoria Geral do Estado

Pedro Paulo Marinho de Barros
Representante do Ministério Público

Rodrigo Moreira Alves
Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça da RJ

Marcelo Leão Alves
Representante da Defensoria Pública Geral do Estado

Israel Barbosa
Representante da ALERJ

Márcio Jandre Ferreira
Representante do Tribunal de Contas do Estado



**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019**

CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS DA ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA EM 28.03.2019

Mauro da Silva Thomaz

Representante dos Segurados do TCE-RJ

Virgilio Panagiotis Stavridis

Representante dos Segurados do MP-RJ